

**Retoma – Plano Diretor Municipal de Lagos**

**Avaliação Ambiental Estratégica – Resumo Não Técnico**

**(Volume II)**

O presente documento foi redigido de acordo com o novo Acordo Ortográfico.

**ÍNDICE**

1. INTRODUÇÃO	1
2. METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA	2
3. OBJETO DE AVALIAÇÃO	4
3.1 Enquadramento Geográfico	4
3.2 Objetivos para o Plano Diretor Municipal de Lagos	4
4. FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO (FCD)	5
4.1 Quadro de Referencia Estratégico (QRE)	5
4.2 Linhas Estratégicas de Desenvolvimento (LE)	6
4.3 Fatores Ambientais (FA)	6
4.4 Fatores Críticos para a Decisão (FCD)	6
5. AVALIAÇÃO DOS EFEITOS POSITIVOS E NEGATIVOS RESULTANTES DA APLICAÇÃO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LAGOS	9
6. RELAÇÃO ENTRE A PROPOSTA DE PLANO ATUAL COM O PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE 1995	13
7. PROGRAMA DE SEGUIMENTO	14
7.1 Medidas de Planeamento e Gestão e de Monitorização	15
7.2 Orientações de Governança	17
8. CONCLUSÕES	20

## **1. INTRODUÇÃO**

O presente documento constitui o Resumo Não Técnico da Avaliação Ambiental Estratégica do Plano Diretor Municipal de Lagos.

### **O que é o Resumo Não Técnico?**

O Resumo Não Técnico é uma parte fundamental do Relatório Ambiental, o qual será sujeito a discussão pública, de forma a assegurar o envolvimento e participação das populações, reunindo as principais informações constantes do Relatório Ambiental de forma resumida, clara e tecnicamente acessível.

Para uma análise mais pormenorizada dos conteúdos técnicos deste documento, recomenda-se a consulta do Relatório Ambiental.

### **O que é a Avaliação Ambiental Estratégica?**

A Avaliação Ambiental Estratégica constitui um procedimento de avaliação de Planos Públicos e Programas, obrigatória em Portugal desde a publicação do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio, e que dá cumprimento ao Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), definido pelo Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro e republicado pelo Decreto-Lei n.º 46/2009, de 20 de fevereiro.

### **Quais são os objetivos da Avaliação Ambiental Estratégica?**

A Avaliação Ambiental Estratégica tem por objetivo principal identificar, descrever e avaliar os eventuais efeitos significativos no ambiente, determinando as oportunidades e riscos que resultam da implementação do Plano Diretor Municipal de Lagos.

Pretende-se que o Relatório Ambiental da Avaliação Ambiental Estratégica contribua para a integração do Ambiente e da Sustentabilidade, permitindo a discussão de alternativas de acordo com os possíveis efeitos territoriais associados.

### **Quais são as fases da Avaliação Ambiental Estratégica?**

De acordo com os procedimentos previstos pela legislação em vigor, a Avaliação Ambiental Estratégica do Plano Diretor Municipal de Lagos integra as seguintes fases:

- Definição do Âmbito da Avaliação Ambiental;
- Relatório Ambiental;
- Consultas;
- Declaração Ambiental.

## 2. METODOLOGIA DA AVALIAÇÃO AMBIENTAL ESTRATÉGICA

A metodologia desenvolvida para a Avaliação Ambiental Estratégica do Plano Diretor Municipal de Lagos tem como base a legislação aplicável em vigor e os seguintes elementos:

- “Guia de Avaliação Ambiental dos Planos Municipais de Ordenamento do Território” (DGOTDU, 2008);
- “Guia de Boas Práticas para Avaliação Ambiental Estratégica” (Partidário, 2007);
- “Manual para a Elaboração, Revisão e Análise de Planos Municipais de Ordenamento do Território na Vertente da Proteção Civil” (ANPC, 2009);
- “Recomendações para a Integração e Apreciação da Componente Saúde Humana nos Planos Municipais de Ordenamento do Território” (DGS, 2009).

Desta forma, a elaboração do Relatório Ambiental resultou de quatro fases:

- Numa primeira fase, realizou-se a caracterização da situação atual do concelho de Lagos, de forma a prever a evolução do território na ausência da aplicação do Plano Diretor Municipal.
- Seguidamente, foram identificadas as ações a desenvolver com a execução do plano, que poderão afetar a Sustentabilidade do território e do Ambiente de forma positiva, negativa ou nula. Foi então efetuado um resumo de oportunidades e riscos para a avaliação desses efeitos, de acordo com os objetivos ambientais e de sustentabilidade do Relatório Ambiental, efeitos, esses que podem ser classificados da seguinte forma:

- Efeitos Positivos Muito Significativos (+++);
- Efeitos Positivos Significativos (++)
- Efeitos Positivos Baixos (+)
- Nulos (0)
- Efeitos Negativos Baixos (-)
- Efeitos Negativos Significativos (--)
- Efeitos Negativos Muito Significativos (---)

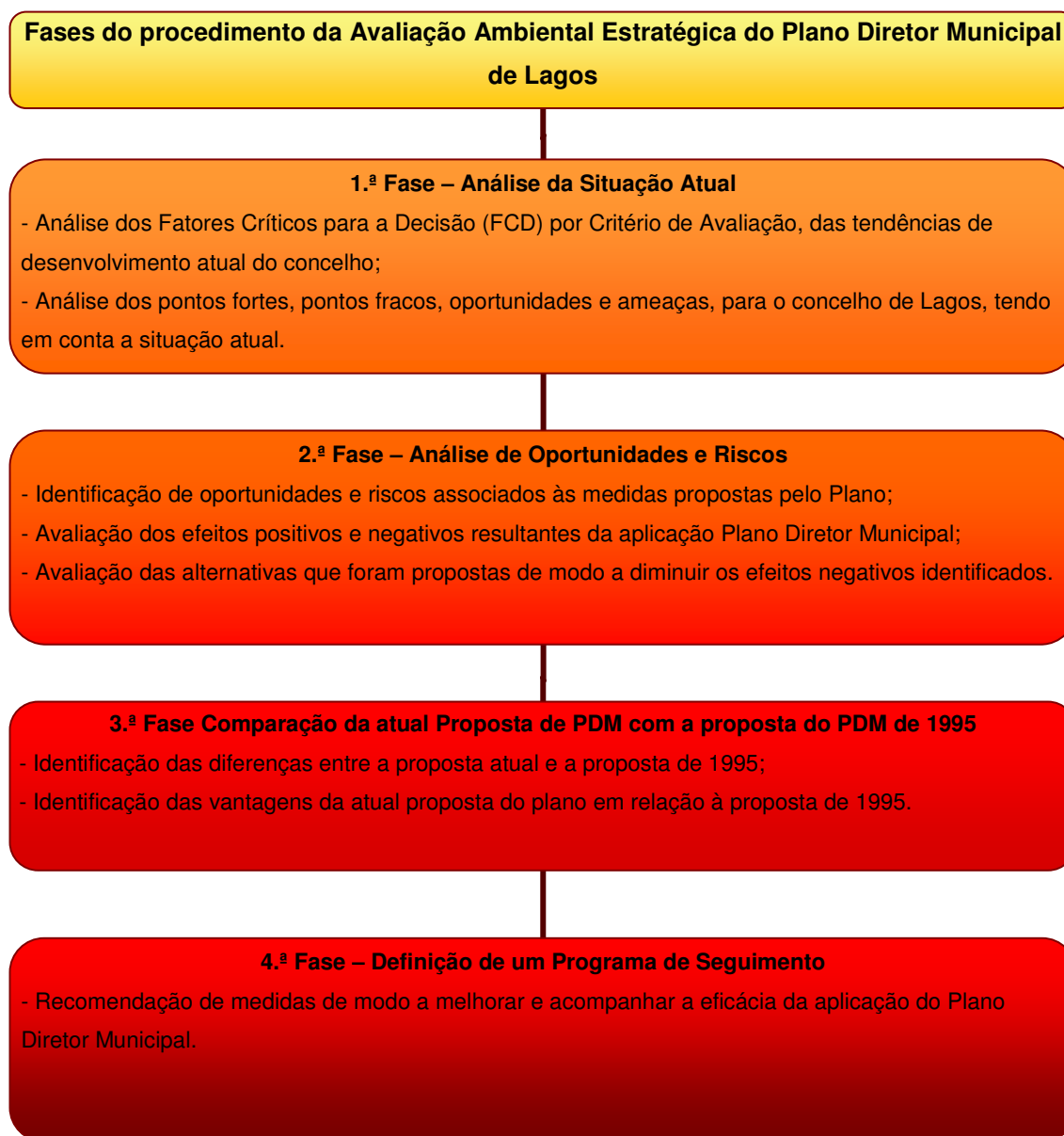
Após a realização e análise atrás referida, foram analisados, cenários alternativos para os efeitos negativos muito significativos identificados, de modo a determinar a opção mais sustentável, com o objetivo da mesma ser incluída, na proposta do Plano Diretor Municipal.

- A terceira fase resultou da comparação entre a proposta do Plano Diretor Municipal de 1995 e a Proposta atual, desta forma puderam ser facilmente identificadas as diferenças entre os dois planos, assim como as vantagens da atual proposta em relação à proposta de 1995.

- A última fase do Relatório Ambiental é constituída pelo programa de seguimento, onde foram estabelecidas as medidas de planeamento, execução e acompanhamento que se entenderam necessárias, para que, no decorrer da aplicação do plano se cumpram os objetivos pretendidos.

Foi igualmente proposto o “quadro de governança”, onde foram identificadas as entidades públicas e privadas com responsabilidade ao nível da gestão ambiental e do processo global.

**Figura 1** – Abordagem metodológica para a Avaliação Ambiental Estratégica do Plano Diretor Municipal de Lagos



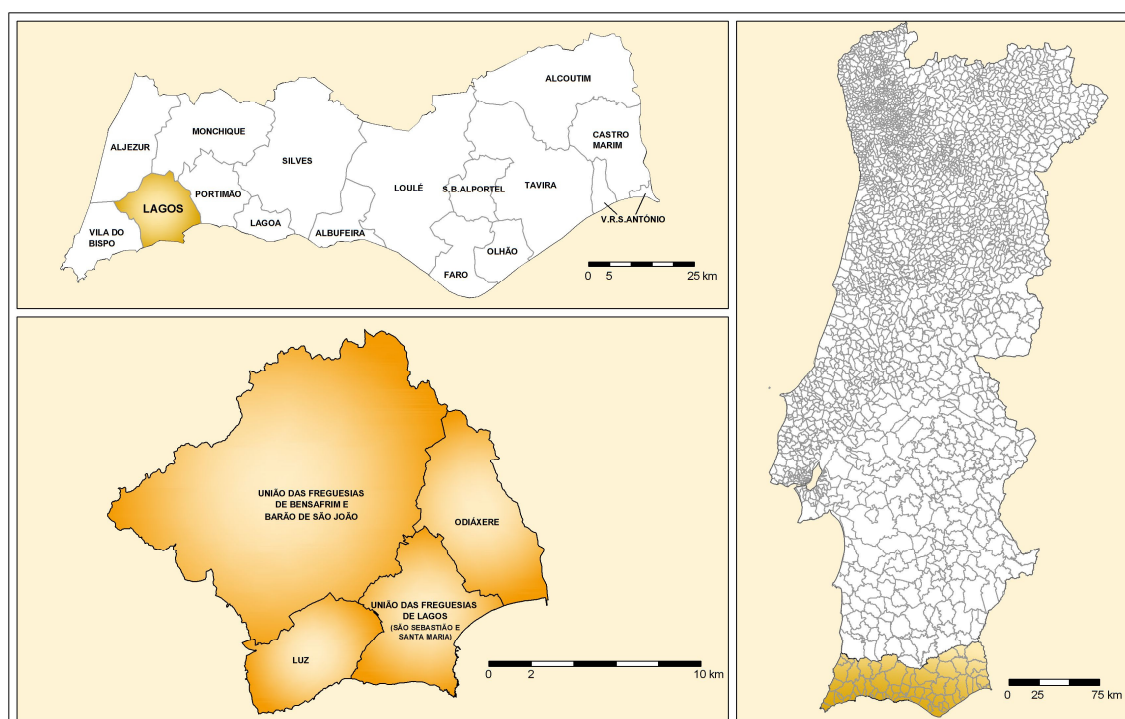
### 3. OBJETO DE AVALIAÇÃO

#### 3.1 Enquadramento Geográfico

O Plano Diretor Municipal de Lagos é desenvolvido para a área do concelho de Lagos, situado a sudoeste de Portugal Continental.

Este município abrange uma área de 213km<sup>2</sup> e faz fronteira a este com o concelho de Portimão, a norte com Concelho de Monchique, a oeste com Município de Vila do Bispo e a noroeste com Município de Aljezur.

O concelho de Lagos é constituído por quatro freguesias, União de Freguesias de Bensafrim e Barão de São João, União de Freguesias de Lagos, Luz e Odiáxere.



**Mapa 1** – Enquadramento geográfico do concelho de Lagos e das respetivas freguesias

#### 3.2 Objetivos para o Plano Diretor Municipal de Lagos

A proposta do Plano Diretor Municipal de Lagos definiu como objetivo geral o reforço do concelho de Lagos como território inovador e competitivo, ativo, cultural, científica e socialmente coeso e, na linha da sua tradição histórica e marítima, assumindo-se como “porta da Europa”.

De acordo com a proposta do Plano Diretor Municipal, os 12 objetivos específicos para o município são:

- Afirmar a identidade cultural de Lagos ligada aos Descobrimentos;
- Inserir Lagos nas redes internacionais de cidades/países ligados à exploração dos mares;
- Melhoria competitiva e diversificação das atividades turísticas do concelho;

- Fomentar o desenvolvimento tecnológico em setores inovadores;
- Requalificar urbanística e ambientalmente a Cidade de Lagos;
- Estruturação dos aglomerados urbanos;
- Apostar numa ruralidade qualificada;
- Requalificar urbanística e ambientalmente o litoral lacobrigense;
- Dotar a autarquia de instrumentos qualificadores;
- Incrementar a mobilidade e reforçar as acessibilidades no município de Lagos;
- Reforçar e melhorar a qualidade de vida dos lacobrigenses;
- Preservar o ambiente e a qualidade ambiental em prol de um Desenvolvimento Sustentável de todo o município.

#### **4. FATORES CRÍTICOS PARA A DECISÃO (FCD)**

A identificação dos Fatores Críticos para a Decisão (FCD) passou pela análise do Quadro de Referência Estratégico (QRE), das Linhas Estratégicas de Desenvolvimento (LE) e dos Fatores Ambientais (FA).

##### **4.1 Quadro de Referência Estratégico (QRE)**

Para a proposta do Plano Diretor Municipal foram identificados os seguintes instrumentos de ordenamento do território, de âmbito Nacional, Regional e Municipal que estabelecem objetivos de sustentabilidade e que enquadram estrategicamente o âmbito e a escala para a avaliação ambiental estratégica:

- Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território (PNPOT);
- Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve (PROTAL);
- Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS);
- Plano de Ordenamento da Orla Costeira Burgau – Vilamoura (POOC);
- Plano Regional de Ordenamento Florestal do Algarve (PROF);
- Plano sectorial da Rede Natura 2000 (PSRN);
- Plano de Ordenamento de Albufeiras de Águas Públicas da Bravura (POAB);
- Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT);
- Plano de Bacia Hidrográfica das Ribeiras do Algarve (PBH);
- Plano Nacional da Água (PNA);
- Plano Nacional da Ação para a Eficiência Energética (PNAEE);
- Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC);
- Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais (PEAASAR 2007-2013);
- Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos II (2006-2016);
- Plano Estratégico da Habitação (PEH 2008-2013).



#### 4.2 Linhas Estratégicas de Desenvolvimento (LE)

As Linhas Estratégicas de Desenvolvimento (LE) resultaram diretamente dos objetivos definidos pela equipa responsável pela elaboração do Plano Diretor Municipal e, pretendem definir a concretização dos mesmos:

- LE 1 História e Cultura dos Descobrimentos
- LE 2 Turismo, Conhecimento e Inovação
- LE 3 Urbanismo e Mobilidade
- LE 4 Políticas de Desenvolvimento e Ordenamento

#### 4.3 Fatores Ambientais (FA)

Os Fatores Ambientais (FA) são estipulados na alínea e) do n.º1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho. Consideraram-se fundamentais para o processo da Avaliação Ambiental Estratégica os seguintes FA:

- População, Saúde e Economia;
- Recursos Ambientais e Patrimoniais;
- Eficiência Energética;
- Uso do Solo e Estrutura Ecológica.

#### 4.4 Fatores Críticos para a Decisão (FCD)

Os Fatores Críticos para a Decisão (FCD) correspondem aos temas mais importantes a serem abordados no âmbito da Avaliação Ambiental Estratégica e identificam os aspetos que deverão ser considerados aquando da tomada de decisão.

Neste contexto, o quadro seguinte, representa os FCD que reúnem os aspetos essenciais de ambiente e sustentabilidade considerados relevantes para a proposta do Plano Diretor Municipal de Lagos.

**Quadro 1 – Fatores Críticos para a Decisão (FCD), propostos**

<b>FCD 1 “GOVERNANÇA”</b>
De acordo com o Livro Branco da Governança Europeia, a boa Governança baseia-se em cinco princípios: a Abertura, a Participação, a Responsabilização, a Eficácia e a Coerência. Cada um destes princípios é fundamental para a instauração de uma Governança mais democrática, são estes princípios que constituem a base da Democracia e do Estado de Direito nos Estados-Membros e aplicam-se a todos os níveis de governo: global, europeu, nacional, regional e local.
<b>FCD 2 “DESENVOLVIMENTO SOCIO-ECONÓMICO”</b>
Atende ao desenvolvimento regional sustentado, através do critério Economia, uma vez que a qualidade de vida da população, as atividades económicas, oportunidades de emprego bem como o desenvolvimento turístico são fatores fundamentais no conhecimento e desenvolvimento económico de uma região.
<b>FCD 3 “BIODIVERSIDADE E RECURSOS NATURAIS”</b>
Incidirá sobre os aspetos de integridade da qualidade física do ambiente, a sua interação com as atividades a desenvolver no Município ao nível de investimentos para a melhoria da qualidade ambiental.

A visão da importância da Biodiversidade e dos Recursos Naturais tem vindo a ser alterada, e esta começa a ser cada vez mais entendida como uma base fundamental da vida económica e social de uma população

#### FCD 4 “ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E ENERGIA”

Promoção e valorização da eficiência energética e estabelecimento de medidas de minimização e adaptação às alterações climáticas

#### FCD 5 “ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO”

Pretende-se aferir o ordenamento/requalificação do território, valorizando um contexto urbano e rural, salvaguardando a integridade biofísica do território.

Os FCD identificados foram analisados, através do estabelecimento de critérios de avaliação e respetivos objetivos de sustentabilidade e indicadores, de forma a identificar problemas ambientais e de sustentabilidade, que possam resultar das propostas efetuadas pelo Plano Diretor Municipal.

**Quadro 2 – Fatores Críticos para a Decisão, Critérios de Avaliação, Objetivos Ambientais e de Sustentabilidade e Indicadores**

Fatores Críticos para a Decisão	Critérios de Avaliação	Objetivos Ambientais e de sustentabilidade	Indicadores
Governança	Participação, Abertura e Eficácia	Avaliar a participação da população envolvida, nos assuntos relacionados com o município.	Iniciativas municipais e formas de interação, participação e envolvimento.
		Avaliar a transparência dos procedimentos e a promoção da comunicação ativa.	Acesso à informação disponível.
		Avaliar a eficácia dos procedimentos de modo a dar resposta às necessidades da população.	Avaliação de serviços.
Desenvolvimento sócio-económico	Qualidade de Vida	Avaliar o nível sócio-económico, o equilíbrio populacional, condições de saúde, oportunidades de emprego, acesso a políticas sociais, assim como oferta de equipamentos e serviços.	Fatores Sócio-económicos (evolução da população residente e presente, da estrutura etária, do emprego e da escolaridade); Habitação social (evolução da habitação social, a custos controlados e de venda livre, e taxa de esforço das famílias); Oferta de equipamentos e serviços (equipamentos de utilização coletiva: desportivos, escolares e de saúde).
		Avaliar a revitalização da economia no concelho, de modo a potenciar as atividades tradicionais, a inovação e o empreendedorismo.	Atividades económicas (Caracterização dos setores de atividade).
		Avaliar a promoção de uma oferta turística sustentada e de qualidade.	Desenvolvimento turístico (evolução da capacidade de alojamento turístico, n.º de camas, n.º de dormidas).

Biodiversidade e Recursos Ambientais	Conservação e gestão de habitats, fauna e flora	Pretende-se a avaliação as medidas de proteção às espécies protegidas de fauna e flora e a evolução das áreas classificadas do concelho.	Quantificação das Áreas Protegidas/Classificadas e da Rede Natura 2000; Caracterização das espécies e habitats com estatuto de proteção (n.º de espécies e <i>habitats</i> ameaçados, medidas de proteção).
	Floresta	Avaliar a situação florestal do concelho e as medidas de proteção implementadas.	Qualificação e quantificação da área florestal.
	Qualidade do Ambiente	Avaliar a qualidade ambiental, pela poluição ou pelo uso insustentável dos recursos naturais, que pode significar danos na qualidade da água, do solo e noutros recursos que são o suporte da vida humana.	Ambiente sonoro (caracterização da situação de referência e futura, análise dos mapas municipais de ruído); Recursos hídricos subterrâneos e superficiais (caracterização da situação de referência e comparação com a implementação do plano); Sistemas de tratamento de água (evolução dos sistemas de tratamento de águas de consumo humano e de águas residuais); Gestão de resíduos (evolução da produção de resíduos, do n.º de ecocentros e da recolha seletiva).
	Riscos Naturais e Tecnológicos	Promover a segurança, saúde e bem-estar das populações, contribuindo para a prevenção e redução de possíveis situações de Riscos Naturais e Tecnológicos.	Riscos naturais (sismos, erosão cheias/inundações, incêndios, entre outros, (n.º ocorrências registadas versus probabilidade de ocorrência do fenómeno/medidas de mitigação); Riscos tecnológicos (dispersão de substâncias perigosas (decorrente de eventuais acidentes rodoviários e outros) com a contaminação de águas e do solo, inclusivamente com poluição atmosférica difusa, etc. (n.º de ocorrências registadas versus probabilidade de ocorrência do fenómeno/ medidas de mitigação).
	Valorização Patrimonial e Cultural	Pretende-se avaliar a valorização do património arquitetónico e arqueológico de modo a afirmar a identidade cultural do concelho.	Património arqueológico e arquitetónico. (carta arqueológica com a identificação dos sítios arqueológicos, n.º de sítios e/ou imóveis classificados ou em vias de classificação).

<b>Alterações Climáticas e Energia</b>	<b>Eficiência Energética</b>	Avaliação da promoção da eficiência energética e do recurso às fontes de energias renováveis.	Consumos energéticos (consumos energéticos do concelho, medidas existentes e propostas); Iniciativas municipais para eficiência energética (evolução das fontes de produção de energia renováveis).
<b>Ordenamento do Território</b>	<b>Uso do Solo</b>	Avaliar as várias servidões administrativas e instrumentos de ordenamento e planeamento do território.	Ordenamento urbano (classificação dos solos e dos diferentes usos do solo); Reserva Agrícola Nacional; Reserva Ecológica Nacional.
<b>Ordenamento do Território</b>	<b>Estrutura Ecológica</b>	Avaliar a estrutura ecológica do espaço rural e a estrutura ecológica no interior do espaço urbano.	Estrutura Ecológica Municipal (área do concelho integrada na Estrutura Ecológica); Áreas de sistemas ecológicos e valores naturais em áreas urbanas/urbanizáveis, incluindo as industriais, integradas na EEM; Corredores ecológicos (n.º e área das descontinuidades/continuidades introduzidas na rede hidrográfica e nos <i>habitats</i> : i) por infraestruturas, ii) por áreas urbanas/urbanizáveis e iii) por áreas industriais).
	<b>Conservação e gestão da paisagem</b>	Pretende-se avaliar a definição e classificação de áreas de elevado valor paisagístico a proteger e os respetivos planos de gestão/ação.	Qualificação ambiental das zonas ribeirinhas e frente de mar (caracterização do sistema ribeirinho e marítimo); Definição e/ou classificação de áreas de elevado valor paisagístico a proteger; Planos de ação e/ou de gestão de áreas de elevado valor paisagístico.
	<b>Mobilidade</b>	Avaliar o sistema rodoviário, ferroviário, pedonal e de ciclovias.	Acessibilidades e Transportes (evolução da rede viária, dos transportes públicos, da rede de ciclovias e da rede pedonal).

## 5. AVALIAÇÃO DOS EFEITOS POSITIVOS E NEGATIVOS RESULTANTES DA APLICAÇÃO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE LAGOS

A Avaliação Ambiental Estratégica está ligada às questões relacionadas com os efeitos significativos (positivos ou negativos) sobre o ambiente, resultantes da aplicação das propostas do Plano. Este exercício de avaliação foi estruturado em função dos Fatores Críticos para a Decisão e dos Critérios de

Avaliação estudados na presente avaliação, produzindo um retrato dos principais efeitos positivos e negativos, isto é, das principais oportunidades e riscos para a sustentabilidade.

Seguidamente são apresentados os efeitos positivos e negativos identificados, resultantes da avaliação dos Fatores Críticos para a Decisão e aos respetivos Critérios de Avaliação.

**Quadro 3** – Avaliação dos Efeitos Positivos e Negativos (Oportunidades e Riscos) nos Fatores Críticos para a Decisão (FCD)

#### **FCD 1 – GOVERNANÇA**

##### **Efeitos Positivos Muito Significativos (+++)**

– Não aplicável / Não Existente

##### **Efeitos Positivos Significativos (++)**

A população irá desempenhar um papel importante com a sua participação, na fase de discussão pública, do Plano Diretor Municipal de Lagos e dos restantes Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT's) que atualmente se encontrem em elaboração;

- É proposto o reforço da cidadania e da consciência social e ambiental;
- A Câmara Municipal de Lagos irá promover a transparência dos seus procedimentos, ao disponibilizar, à população, o Plano Diretor Municipal em vários formatos, assim como, os restantes PMOT;
- Aposta por parte da Autarquia na produção de instrumentos estratégicos de planeamento de suporte à atividade municipal.

##### **Efeitos Positivos Baixos (+)**

– Não aplicável / Não Existente

##### **Efeitos Nulos (0)**

– Não aplicável / Não Existente

##### **Efeitos Negativos Muito Significativos (---)**

– Não aplicável / Não Existente

##### **Efeitos Negativos Significativos (--)**

– Não aplicável / Não Existente

##### **Efeitos Negativos Baixos (-)**

– Não aplicável / Não Existente

#### **FCD 2 – DESENVOLVIMENTO SOCIO-ECONÓMICO**

##### **Efeitos Positivos Muito Significativos (+++)**

- Existência de bolsas de terrenos municipais destinadas a habitação social e a custos controlados;
- Assegurar a equidade territorial no provimento de equipamentos coletivos;
- Promoção das condições necessárias para a instalação de novas áreas destinadas a atividades económicas, nos vários setores;
- O PDM de Lagos propõe como Linha Estratégica de Desenvolvimento, a transformação do concelho num território com economia inovadora e competitiva a nível regional, nacional e internacional, relacionando as atividades tradicionais com as novas indústrias;
- Aposta na pesquisa, exploração e utilização dos recursos marítimos, e na agricultura tecno-biológica;
- Fomentar o desenvolvimento tecnológico em setores inovadores criando competitividade empresarial;
- É proposta a constituição de um Pólo Multinuclear de Lagos, proveniente do projeto “Algarve Tecnópolis” com o intuito de criar as condições necessárias para a instalação de várias instituições que contribuem para o desenvolvimento económico municipal;
- Propõe-se como Investimento Estruturante do PDM de Lagos, a definição de Núcleos de Desenvolvimento Económico (NDE) nas zonas de interior do concelho;
- Investir na construção de um cluster do turismo com capacidade de afirmação no conjunto da Região do Algarve;

- Investir na melhoria e no incremento da competitividade e diversificação das atividades turísticas do concelho;
- O Sistema do Turismo definido na proposta do PDM de Lagos visa materializar um modelo de desenvolvimento e ocupação turística que pretenda estimular a qualidade e efeito estruturante dos projetos turísticos, investindo simultaneamente na defesa dos valores ambientais e culturais, e na requalificação e contenção da faixa costeira.

**Efeitos Positivos Significativos (++)**

- Combater as carências identificadas a nível das atividades económicas, possibilitando a expansão e/ou criação de novas áreas relacionadas com as respetivas atividades;
- Promoção e modernização das infraestruturas e serviços turísticos.

**Efeitos Positivos Baixos (+)**

- Não aplicável / Não Existente

**Efeitos Nulos (0)**

- Não aplicável / Não Existente

**Efeitos Negativos Muito Significativos (---)**

- Não aplicável / Não Existente

**Efeitos Negativos Significativos (--)**

- Não aplicável / Não Existente

**Efeitos Negativos Baixos (-)**

- Não aplicável / Não Existente

**FCD 3 – BIODIVERSIDADE E RECURSOS NATURAIS****Efeitos Positivos Muito Significativos (++++)**

- Apesar de fora da Rede Natura 2000, o Paul de Lagos será alvo de integração na UOPG 10, a qual terá como principais objetivos manutenção de habitats, educação e ecoturismo;
- A inclusão dos matos de Barrocal existentes entre Bensafim e as Colinas Verdes na Estrutura Ecológica Municipal permitirá a salvaguarda de valores naturais muito relevantes;
- Existência e aplicação de planos de gestão e proteção dos espaços florestais, nomeadamente o Plano Regional de Ordenamento Florestal e Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios;
- Reforço do Sistema de armazenamento de água;
- Classificação e delimitação das zonas “sensíveis” e “mistas”;
- A proposta de plano definiu opções de forma a não potenciar riscos existentes e introduziu disposições de forma a salvaguardar pessoas, bens e ambiente em situações de risco existentes ao nível do concelho.

**Efeitos Positivos Significativos (++)**

- O PDM integra as áreas de Rede Natura 2000 no Sistema Ambiental, nomeadamente, na classe da Estrutura Ecológica Municipal Grau I, onde deverá prevalecer as orientações do Plano sectorial da Rede Natura 2000;
- As áreas de Rede Natura 2000 são classificadas como Espaços Naturais com Vocação Específica, aplicando-se o regime do Plano sectorial da Rede Natura 2000;
- A proposta do PDM de Lagos prevê a valorização ambiental e dos recursos florestais através da diminuição dos riscos de incêndio florestal;
- O Plano propõe uma política de esforço no sentido de ampliar o número de ecopontos e pilhões;
- Não foi considerada pela proposta de Plano a edificação em zonas com perigosidade elevada de incêndio;
- Fixou-se uma faixa de gestão de combustível;
- Inclusão do risco de incêndio como critério na verificação da compatibilidade de usos com as categorias de solo urbano e rural;
- A proposta de Plano define a necessidade da realização de um estudo hidráulico/Hidrogeológico, em sede de PP ou PU, em zonas identificadas como tendo risco de cheia e de inundação;
- Foi incluída uma disposição acerca da largura de arruamentos, destinada a permitir a rápida intervenção das viaturas de socorro;
- De acordo com a proposta de PDM não é permitida a instalação, em espaços de atividade económica, de atividades que possam provocar acidentes relacionados com matérias perigosas;

- Preservação e valorização do património histórico e cultural, afirmando a cidade de Lagos como sede histórica e cultural dos Descobrimentos Portugueses;
- Criação do Museu de Lagos com núcleos museológicos.

**Efeitos Positivos Baixos (+)**

- Não aplicável / Não Existente

**Efeitos Nulos (0)**

- Não aplicável / Não Existente

**Efeitos Negativos Muito Significativos (---)**

- Não aplicável / Não Existente

**Efeitos Negativos Significativos (--)**

- Não aplicável / Não Existente

**Efeitos Negativos Baixos (-)**

- Não foram identificados os edifícios devolutos existentes no concelho em cartografia.

**FCD 4 – ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E ENERGIA****Efeitos Positivos Muito Significativos (+++)**

- Disponibilização de áreas no concelho de Lagos para implantação e instalação de equipamentos para a produção ou ensaio de energias alternativas não poluentes;
- Proposta de desenvolvimento de novos pólos de desenvolvimento tecnológico energeticamente sustentáveis (Tecnopolis);
- O PDM de Lagos propõe o estabelecimento de incentivos para a exploração das energias renováveis como setor impulsionador do solo rural ou mesmo do turismo.

**Efeitos Positivos Significativos (++)**

- O PDM de Lagos prevê o cumprimento da legislação existente relacionada com utilização e conservação de energia em edifícios.

**Efeitos Positivos Baixos (+)**

- Não aplicável / Não Existente

**Efeitos Nulos (0)**

- Não aplicável / Não Existente

**Efeitos Negativos Muito Significativos (---)**

- Não aplicável / Não Existente

**Efeitos Negativos Significativos (--)**

- Não aplicável / Não Existente

**Efeitos Negativos Baixos (-)**

- Não aplicável / Não Existente

**FCD 5 – ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO****Efeitos Positivos Muito Significativos (+++)**

- Atualização da proposta de delimitação da REN;
- Atualização da delimitação da RAN;
- Proposta de delimitação da Estrutura Ecológica Municipal, em articulação com a Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental do PROT Algarve;
- O plano propõe espaços onde a urbanização é possível programar articulando-os com as áreas de sistemas ecológicos e valores naturais do concelho;
- Inclusão da maioria das áreas de elevado valor paisagístico na Estrutura Ecológica Municipal, garantindo, desta forma, a sua preservação;
- Salvaguarda da rede hidrográfica pela sua inclusão em diversas servidões administrativas;

- O PDM de Lagos propõe como objetivo específico, o incremento da mobilidade e o reforço das acessibilidades no município de Lagos, estando este objetivo suportado por um programa de intervenção que visa a sua concretização;
- É proposto que para todas as novas intervenções urbanísticas, sejam aplicadas todas as normas técnicas de acessibilidade e mobilidade para pessoas com mobilidade condicionada;
- Melhorar o sistema de transporte de passageiros no município de Lagos.

**Efeitos Positivos Significativos (++)**

- Planeamento do espaço urbano através da expansão e/ou consolidação urbana em várias categorias operativas do solo urbano;
- Integração da Ecovia do Litoral do Algarve;
- Na unidade operativa de planeamento e gestão da Vila da Luz, o PDM de Lagos, prevê a hierarquização da rede viária associada a uma rede pedestre e ciclável;
- O plano prevê a criação de infraestruturas direcionadas para a formação e prática de atividades náuticas desportivas e de recreio e a conversão do atual aeródromo numa pista para aviação de ultraleves.

**Efeitos Positivos Baixos (+)**

- Não aplicável / Não Existente

**Efeitos Nulos (0)**

- Não aplicável / Não Existente

**Efeitos Negativos Muito Significativos (---)**

- Não aplicável / Não Existente

**Efeitos Negativos Significativos (--)**

- A proposta de PDM inclui a criação de novas vias viárias, o que introduzirá novas descontinuidades na rede hidrográfica;

**Efeitos Negativos Baixos (-)**

- Não aplicável / Não Existente

## 6. RELAÇÃO ENTRE A PROPOSTA DE PLANO ATUAL COM O PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE 1995

De forma a compreender de que modo o território do concelho de Lagos evoluiu desde a anulação do PDM de 1995, foi efetuada uma análise deste plano e o mesmo foi comparado com a atual proposta do PDM.

**Quadro 4** - Comparação entre a Proposta de Plano Atual com o Plano Diretor Municipal de 1995

Fatores Críticos para a Decisão	Critérios de Avaliação	PDM de 1995	Proposta Atual do PDM
<b>Governança</b>	Participação, Abertura e Eficácia	N/A	(++)
<b>Desenvolvimento Sócio-Económico</b>	Qualidade de Vida	(+)	(++)
	Economia	(+)	(++)
	Turismo	(+)	(++)
<b>Biodiversidade e Recursos Naturais</b>	Conservação e gestão de habitats, fauna e flora	N/A	(++)



	Floresta	(++)	(++)
	Qualidade do Ambiente	(-)	(++)
	Riscos Naturais e Tecnológicos	(--)	(++)
	Valorização Patrimonial e Cultural	(+)	(++)
Alterações Climáticas e Energia	Eficiência Energética	(-)	(++)
Ordenamento do Território	Uso do Solo	(+)	(++)
	Estrutura Ecológica	N/A	(++)
	Conservação e Gestão da Paisagem	(+)	(++)
	Mobilidade	(+)	(++)
Efeitos Positivos		Efeitos Negativos	
Muito Significativos (++)		Muito Significativos (--)	
Incremento acentuado das oportunidades de desenvolvimento e dinâmica territorial sustentável;		Estagnação e afetação da gestão territorial do concelho, com possível criação de efeitos que podem comprometer um desenvolvimento sustentável da área do concelho.	
Significativos (+)		Significativos (-)	
Incremento moderado das oportunidades de desenvolvimento e dinâmica territorial sustentável;		Afetação moderada da gestão territorial do concelho, com possível criação de efeitos que podem comprometer um desenvolvimento sustentável da área do concelho	
Não Aplicável (N/A)			
Não existe uma situação de referência comparável			

## 7. PROGRAMA DE SEGUIMENTO

Tendo como objetivo reduzir os efeitos negativos e melhorar os positivos, que resultem da aplicação do Plano Diretor Municipal, são propostas as medidas de seguimento, as quais propõem orientações ou recomendações que podem contribuir para o acompanhamento dos efeitos do plano e que melhor integram os princípios e objetivos da sustentabilidade.

O plano de seguimento resulta da criação de um conjunto de linhas orientadoras para a aplicação da Avaliação Ambiental Estratégica do PDM de Lagos, que decorrem da avaliação efetuada anteriormente, sendo divididas em três componentes distintas: Medidas de Planeamento e Gestão, Medidas de Monitorização e Diretrizes de Governança.

## 7.1 Medidas de Planeamento e Gestão e de Monitorização

As medidas de planeamento e gestão e monitorização têm por objetivo prevenir, evitar ou reduzir os efeitos adversos que poderão resultar da concretização da proposta de plano.

O quadro abaixo representado, indica por cada Fator Crítico para a Decisão, o conjunto de medidas, de maior relevância, de planeamento e gestão e de monitorização.

### Quadro 5 – Medidas de Planeamento e Gestão e de Monitorização para os Fatores Críticos para a Decisão

#### FCD 1 – GOVERNANÇA

##### Medidas de Planeamento e Gestão

- Assegurar que as formas de participação pública sejam direcionadas para a toda a população, nomeadamente, para os cidadãos com diferentes níveis de instrução, com idades mais avançadas ou com menores possibilidades de acesso às novas tecnologias;
- Garantir que os princípios básicos para uma boa governança (abertura, participação, responsabilização, eficácia e coerência) sejam respeitados ao longo de todo o processo de decisão e implementação do plano.

##### Medidas de Monitorização

- Monitorizar o grau de satisfação da população nos processos de participação pública;
- Monitorizar o nível de utilização e eficácia dos mecanismos de participação pública e de divulgação de informação à sociedade.

#### FCD 2 – DESENVOLVIMENTO SÓCIO-ECONÓMICO

##### Medidas de Planeamento e Gestão

- Precaver, sempre, as características sócio-demográficas da população residente no processo de decisão de qualquer intervenção no concelho;
- Os Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOT) poderão definir a afetação de quotas de habitação a custos controlados nas urbanizações de promoção privada, de modo a atenuar progressivamente as carências habitacionais;
- Acautelar a acessibilidade das famílias mais carenciadas à habitação social, a custos controlados e de venda livre, através da elaboração de um plano/programa local de habitação, identificando as ações para suprir as carências e necessidades nos setores urbanos de intervenção prioritária (a reabilitar e a renovar), bem como suprir as necessidades de alojamento de jovens, idosos e famílias carenciadas;
- Planeamento sustentável das novas áreas de atividades económicas promovendo as boas práticas ambientais;
- Planeamento sustentável das diversas formas de desenvolvimento turísticas, promovendo as boas práticas ambientais e territoriais.

##### Medidas de Monitorização

- Monitorização da contribuição do plano para o número de postos de trabalho criados;
- Monitorizar o número de fogos destinados à habitação social, tendo em conta as carências habitacionais das famílias residentes no concelho;
- Monitorizar as intervenções preconizadas no Plano Municipal de Turismo;
- Monitorização dos estabelecimentos hoteleiros de modo a compatibilizar os objetivos da proposta do plano com a promoção de uma oferta turística sustentada e de qualidade.

#### FCD 3 – BIODIVERSIDADE E RECURSOS NATURAIS

##### Medidas de Planeamento e Gestão

- Cumprimento estrito das orientações preconizadas em sede de Plano sectorial da Rede Natural 2000;
- Dever-se-á apostar na dinamização das áreas da Rede Natura 2000, valorizando-as como uma mais-valia complementar ao turismo tradicional;

- Promoção e dinamização de atividades de uso do solo tradicionais, reforçando a aposta em produtos da região, como a cortiça, medronho, mel, produtos cinegéticos, entre outros;
- A edificação pontual associada ao solo rural nas áreas de matos de Barrocal entre Bensafrim e as Colinas Verdes deverá resultar, imperiosamente, da análise das preexistências. Não devendo ser permitida a edificação em locais onde ocorram valores naturais relevantes;
- Assegurar a gestão sustentável dos recursos florestais e a minimização do risco de incêndios;
- Promover e incentivar a aplicação dos planos de ação previstos no Plano Estratégico de Lagos (PEL), Plano Regional de Ordenamento Florestal, Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, em termos de gestão florestal;
- Promoção, informação e incentivo para a reflorestação local, assente na utilização de espécies autóctones da região;
- De forma a não aumentar a pressão sobre os recursos hídricos subterrâneos, proceder ao total respeito do definido pelo PROTAL, ou seja, a não criação de novas captações nas áreas definidas como “áreas críticas para a extração de água subterrânea”;
- Promover ações de sensibilização e informação das populações no âmbito da gestão dos consumos de água;
- Promoção da reutilização das águas residuais tratadas para rega de espaços verdes e campos de golfe;
- Continuação da sensibilização das populações para a separação de RSU;
- Adotar Planos Municipais de Redução do Ruído para as zonas expostas a valores superiores ao regulamentarmente estabelecido;
- Apostar na adoção de práticas de conceção e reabilitação sísmica, em qualquer tipologia de construção;
- A adoção de políticas municipais de ordenamento e instrumentos que valorizem a prevenção e minimização dos processos associados aos movimentos de massa e a processos de colapso, abatimento ou estabilidade de zonas cársicas ou de explorações minerais abandonadas ou degradadas;
- Avaliação, monitorização dos regimes fluviais associados a cheias rápidas e progressivas.

#### **Medidas de Monitorização**

- Monitorização dos espaços florestais de forma a garantir a sua preservação e conservação;
  - Quantificação dos habitats classificados nas áreas da Rede Natura 2000 e a sua evolução no tempo;
- Evolução dos consumos de água;
- Evolução da produção de RSU para o concelho;
  - Monitorização da criação ou eliminação de fontes emissoras de ruído;
  - Deverão ser monitorizadas anualmente, o número de ocorrências relativamente a episódios de:
    - Cheias e Inundações;
    - Fogos Florestais;
    - Movimentos de Massas;
    - Sismos;
    - Incêndios urbanos;
    - Acidentes Industriais;
    - Acidentes Rodoviários, Ferroviários, aéreos, navegação fluvial, transporte de mercadorias perigosas com possível contaminação de águas, solo ou poluição atmosférica difusa;
    - Colapso de infraestruturas (edifícios e infraestruturas hidráulicas);
    - Acidentes com origem em concentrações humanas.

### **FCD 4 – ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS E ENERGIA**

#### **Medidas de Planeamento e Gestão**

- Concretização dos objetivos, metas e ações de monitorização definidas pelo POAlgarve21, em matéria de eficiência energética;
- Assegurar o aproveitamento e utilização de energias renováveis;
- Assegurar a concretização de ações de sensibilização populacional no que concerne às matérias de uso racional de energia e utilização de energias renováveis.

#### **Medidas de Monitorização**

- Monitorização dos consumos energéticos através de iniciativas e incentivos locais para a produção e utilização de energias renováveis.

## FCD 5 – ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

### Medidas de Planeamento e Gestão

- Assegurar a implementação dos parâmetros urbanísticos definidos pela proposta do Plano Diretor Municipal;
- Todos os pavimentos exteriores de circulação pedonal e não motorizada (passeios, vias de acesso, ciclovias), deverão apresentar um índice de impermeabilização, tecnicamente, mais baixo possível;
- A delimitação da REN deve ser alterada, de forma a ser adaptada ao novo regime jurídico da REN (Decreto-Lei n.º 166/2008, de 22 de agosto), no prazo de três anos contados a partir da publicação das orientações estratégicas;
- A delimitação da RAN deve ser alterada, de forma a ser adaptada ao novo regime jurídico da RAN (Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março);
- Sempre que possível, a intervenção nas áreas correspondentes à Estrutura Ecológica, deverá passar pela recuperação de habitats e pela requalificação da rede hidrográfica;
- Nas áreas a montante das descontinuidades existentes será necessário avaliar a necessidade da criação de bacias de retenção, de forma a diminuir o afluxo de água às descontinuidades referidas;
- De forma a ser reforçada a circulação e salvaguarda de biodiversidade, a renaturalização das linhas de água deverá passar, em grande medida, pela plantação e criação de condições de restabelecimento de flora ribeirinha;
- Promoção turística do concelho de Lagos alicerçada numa imagem de marca da “Paisagem Algarvia”;
- Salvaguarda das escarpas de Bensafrim, como *landmark* do concelho e da freguesia de Bensafrim, interditando a edificação neste local;
- Promover a realização de estudos de mobilidade para o concelho.

### Medidas de Monitorização

- Usos e ações compatíveis com os objetivos de proteção ecológica e ambiental e de prevenção e redução de riscos naturais de áreas integradas na REN, conforme o Anexo II do Decreto-Lei n.º 166/2008 de 22 de agosto;
- Usos não agrícolas compatíveis com o regime jurídico da RAN (Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março);
- Avaliação da qualidade dos corredores ecológicos criados pela Estrutura Ecológica, nomeadamente pela quantificação das áreas associadas aos principais sistemas ecológicos e valores naturais;
- Quantificação das áreas incluídas na REN e no Domínio Hídrico e sua evolução no tempo;
- Monitorizar o estado de conservação do sistema rodoviário e pedonal;
- Monitorização do grau de satisfação da população relativamente ao serviço de transportes públicos.

## 7.2 Orientações de Governança

O quadro de governança é fundamental para o sucesso da execução do Plano Diretor Municipal de Lagos, uma vez que identifica as instituições intervenientes na Avaliação Ambiental Estratégica, em todo o processo de aplicação do próprio Plano.

Desta forma, foram identificadas as entidades públicas e privadas que têm um papel fundamental na gestão das ações previstas na proposta do Plano, conforme representado no quadro seguinte.

### Quadro 6 – Orientações de Governança

- Promove a participação pública;
- Promove sessões públicas e reuniões para esclarecimentos, sugestões ou observações da população de forma a solucionar as necessidades e expectativas dos cidadãos;
- Articula as medidas de gestão e planeamento municipais com as juntas de freguesia;
- Cria instrumentos estratégicos de planeamento de suporte à atividade municipal;
- Coordena e atualiza a base de dados municipal;
- Promove ações de sensibilização e de consciencialização social e ambiental;
- Promove a flexibilidade e dinamização das políticas de habitação social em função das carências

<b>Câmara Municipal de Lagos</b>	<p>habitação da população;</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>– Promove e incentiva as condições necessárias para o estabelecimento de novas atividades económicas;</li> <li>– Incentiva o estabelecimento de parcerias público-privadas;</li> <li>– Promove uma oferta turística sustentável e de qualidade;</li> <li>– Contribui e incentiva os investimentos através de parcerias público – privadas;</li> <li>– Promove e regulamenta, em sede de PDM, o uso sustentável do território nas áreas de Rede Natura 2000;</li> <li>– Incentiva o estabelecimento de parcerias na área da conservação da natureza de âmbito municipal;</li> <li>– Promove e incentiva a gestão sustentável da floresta;</li> <li>– Promove ações de sensibilização e de consciencialização ambiental da população;</li> <li>– Promoção, informação e incentivo para a reflorestação local;</li> <li>– Manutenção dos espaços florestais de responsabilidade camarária;</li> <li>– Assegura a distribuição de água, em quantidade e qualidade, às populações e atualização constante dos dados de consumo;</li> <li>– Garante a recolha de RSU indiferenciados e atualização constante dos dados de produção;</li> <li>– Promove campanhas de educação ambiental, visando promover a diminuição dos consumos de energia e água e o aumento da separação de RSU;</li> <li>– Garante a realização da caracterização dos níveis de ruído</li> <li>– Implementar medidas conducentes à mitigação dos riscos identificados no PMEPC;</li> <li>– Integrar no modelo territorial do PDM a informação contida no PMEPC;</li> <li>– Gere os imóveis de interesse municipal;</li> <li>– Promove ações de sensibilização e educação ambiental;</li> <li>– Avalia o potencial de produção de energias alternativas;</li> <li>– Avalia a melhoria da eficiência energética no concelho;</li> <li>– Coordena e assegura a implementação das propostas de ordenamento urbano definidas em sede do Plano Diretor Municipal;</li> </ul>
<b>Câmara Municipal de Lagos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Responsável ao nível operativo pela delimitação a nível municipal das áreas integradas na REN e RAN;</li> <li>– Classifica, em sede do planeamento e ordenamento municipal, as áreas de Estrutura Ecológica e respetivos corredores ecológicos;</li> <li>– Classifica, em sede do planeamento e ordenamento municipal, as áreas de Estrutura Ecológica Municipal;</li> <li>– Assegura o bom estado de conservação da rede viária, pedonal e ciclável municipal e a segurança dos seus utentes;</li> <li>– Promove o uso dos transportes públicos em detrimento dos automóveis;</li> <li>– Determina objetivos e ações municipais para aquisição de um sistema de mobilidade sustentável.</li> </ul>
<b>CCDR Algarve</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Mantém atualizadas as perspetivas de desenvolvimento urbano do território, assegurando a articulação de estratégias regionais com as perspetivas sócio demográficas e económicas de desenvolvimento local;</li> <li>– Mantém atualizadas as perspetivas de desenvolvimento urbano do território, assegurando a articulação de estratégias regionais com as perspetivas económicas de desenvolvimento local;</li> <li>– Responsável ao nível estratégico da REN, coordena e aprova a delimitação da mesma;</li> <li>– Gere o uso do solo na REN;</li> <li>– Assegura o cumprimento do PROTAL, nomeadamente da Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental e a sua transposição para as estruturas ecológica municipais e urbanas;</li> <li>– Gere a Reserva Ecológica Nacional.</li> </ul>
<b>Turismo de Portugal</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Assegura e promove o turismo de qualidade;</li> <li>– Aposta na divulgação dos produtos turísticos;</li> </ul>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Gere e atualiza a base de dados relativa ao turismo, local, regional e nacional.</li> </ul>
<b>DGEG</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Colabora com a Câmara Municipal de Lagos no planeamento e gestão do território, através do estabelecimento de estratégias que promovem a eficiência energética e o uso de energias alternativas não poluentes;</li> <li>– Atualiza e coordena a base de dados, relativa à produção de energia a partir de fontes de energia renovável.</li> </ul>
<b>EDP</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Gere e promove, através da criação de medidas e incentivos, o investimento privado nas áreas das energias renováveis.</li> </ul>
<b>ICNF</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Gere a implementação das orientações do Plano sectorial da Rede Natura 2000;</li> <li>– Gere e mantém as faixas de gestão de combustível de combate a incêndios florestais.</li> </ul>
<b>Direção Regional de Florestas do Algarve</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Gere e mantém os recursos florestais do concelho.</li> </ul>
<b>ANPC</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Responsável pelo 3.º pilar da defesa da floresta contra incêndios: combate, rescaldo e vigilância pós-incêndio;</li> <li>– Manter atualizadas as informações sobre os riscos naturais e tecnológicos, planos de contingência e de emergência;</li> <li>– Promover ações de sensibilização à população;</li> <li>– Promover a realização de simulacros, tendo em conta os vários riscos identificados para o concelho.</li> </ul>
<b>ARH</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Caracteriza e avalia a qualidade os recursos hídricos superficiais e subterrâneos;</li> <li>– Gere o uso do solo no Domínio Hídrico;</li> <li>– Regula e licencia os usos nas linhas de água e domínio hídrico adjacente;</li> <li>– Gere o Domínio Hídrico.</li> </ul>
<b>Águas do Algarve</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Garante o abastecimento de água, em quantidade e qualidade, à autarquia e atualização constante dos dados de consumo.</li> </ul>
<b>ALGAR</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Assegura a recolha de RSU diferenciados e atualização constante dos dados de produção.</li> </ul>
<b>Direção Geral do Património Cultural (DGPC)</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Assegura a gestão, salvaguarda, valorização, conservação e restauro dos bens que integrem o património cultural imóvel e imaterial do País, bem como desenvolve e executa a política museológica nacional.</li> </ul>
<b>Direção Regional de Cultura do Algarve</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Cria as condições de acesso aos bens culturais, o acompanhamento das actividades e a fiscalização das estruturas de produção artística financiadas pelos serviços e organismos da área da cultura, o acompanhamento das ações relativas à salvaguarda, valorização e divulgação do património cultural imóvel, móvel e imaterial, e o apoio a museus.</li> </ul>
<b>DRAP Algarve</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Coordena e aprova a delimitação da RAN;</li> <li>– Gere o uso do solo na RAN.</li> </ul>
<b>REFER</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Assegura o bom funcionamento e estado de conservação da rede ferroviária.</li> </ul>
<b>Setor Privado</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>– Promove a oferta habitacional de acordo com as possibilidades económicas e sociais da população e concebe o parque habitacional de forma integrada com os demais agentes envolvidos;</li> <li>– Investimento para estabelecimento de empresas competitivas no mercado empresarial;</li> <li>– Aposta na certificação de produtos e serviços;</li> <li>– Aposta na melhoria contínua da qualidade do serviço prestado;</li> <li>– Investimento por parte do setor privado nas políticas e normas ambientais e sociais;</li> <li>– Investimento em energias limpas;</li> <li>– Investimento em empresas competitivas, inovadoras e eficientes, que promovem as boas práticas ambientais;</li> <li>– Promove e investe no setor de transportes de utilização coletiva.</li> </ul>

**População**

- Participa nos processos de consulta pública dos diversos domínios;
- Participa nas iniciativas municipais que são disponibilizadas;
- Cooperar no exercício da cidadania;
- Contribui para a melhoria da oferta habitacional e para a qualidade de vida, de um modo geral, através da participação em inquéritos associados ao modo de vivência das populações;
- Participa ativamente na limpeza e manutenção dos espaços florestais privados;
- Participa na diminuição dos consumos de energia e água e aumento da separação de RSU;
- A participação pública, fomentando o envolvimento dos cidadãos em simulacros, promovidos pelas entidades competentes para o efeito;
- Adotar prática de prevenção de riscos;
- Adota um comportamento mais eficiente no que diz respeito ao uso racional de energia.

**8. CONCLUSÕES**
























Considerando todas as análises efetuadas ao longo do Relatório Ambiental e atendendo ao facto de se ter tratado o máximo de informação disponível, foi efetuada uma apreciação final referente aos resultados obtidos.

Apesar de todos os Fatores Críticos para a Decisão (FCD) apresentarem oportunidades e riscos, verifica-se que as oportunidades são dominantes, constituindo o Plano Diretor Municipal de Lagos, por si só, uma oportunidade.

No quadro seguinte, efetuou-se um resumo geral, com as conclusões da Avaliação Ambiental Estratégica, representadas através de símbolos de fácil identificação e, em que é possível distinguir a situação atual do território, as tendências de evolução resultantes da ausência do Plano e os efeitos significativos que provêm das ações propostas pelo PDM de Lagos, por FCD.

**Quadro 7 – Síntese geral das conclusões da AAE**

Fatores Críticos para a Decisão	Critérios de Avaliação	Situação Atual	Tendências de Evolução	Efeitos significativos das ações do Plano
<b>Governança</b>	Participação, Abertura e Eficácia		→	→
	Qualidade de Vida		↻	↻
<b>Desenvolvimento Sócio-Económico</b>	Economia		↻	↻
	Turismo		→	↻
	Conservação e gestão de habitats, fauna e flora		↻	↻
<b>Biodiversidade e Recursos Naturais</b>	Floresta		↻	↻

	Qualidade do Ambiente			
	Riscos Naturais e Tecnológicos			
	Valorização Patrimonial e Cultural			
<b>Alterações Climáticas e Energia</b>	Eficiência Energética			
<b>Ordenamento do Território</b>	Uso do Solo			
	Estrutura Ecológica			
	Conservação e Gestão da Paisagem			
	Mobilidade			
<b>Legenda:</b>				
Situação Atual				
	<div>Negativa</div> <div>Neutra</div> <div>Positiva</div>			
Tendências de Evolução	  			
	<div>Negativa</div> <div>Sem alteração significativa</div> <div>Positiva</div>			
	<div>Afastamento dos objetivos e metas</div> <div></div> <div>Aproximação aos objetivos e metas</div>			
Efeitos significativos das ações do Plano	  			
	<div>Negativos</div> <div>Nulos</div> <div>Positivos</div>			

De uma forma geral o plano apresenta-se como uma solução que promove o desenvolvimento sustentável em termos ambientais e sócio-económicos.

Da análise realizada ao longo do processo da Avaliação Ambiental Estratégica, destaca-se que:

- A proposta de PDM, com a integração dos instrumentos de ordenamento do território vigentes, de onde se destaca o PROTAL, permitirá uma gestão do território mais apta a responder às necessidades das populações e potenciais investidores no concelho. Ficará o município, igualmente, dotado de meios legais para a salvaguarda dos recursos patrimoniais existentes, garantindo a sua perenidade e uso sustentável dos mesmos;

- A atualização das condicionantes e servidões administrativas na área do concelho de Lagos, introduz um maior rigor no processo administrativo, sem incorreções cartográficas que possam ser injustas para as populações e promotores económicos. Por outro lado, com esta atualização é alcançada a proteção efetiva dos recursos patrimoniais e ambientais;



- A criação de diversas UOPG, com a consequente necessidade de realização de PMOT's, permitirá um ordenamento urbano destas áreas e prever uma articulação coerente entre as várias partes que compõem o concelho de Lagos, alcançando uma organização sistémica e funcional do território;
- A definição de bolsas de terrenos destinadas à construção de habitação social e a custos controlados, permitirá combater a carência habitacional, nomeadamente das populações mais desfavorecidas;
- O investimento nos vários setores de atividade implicará um aumento do número de empregos e combatendo, assim, as taxas de desemprego locais;
- A criação de espaços destinados à reserva de equipamentos, permitirá uma otimização dos recursos e a canalização dos mesmos, somente para a construção de equipamentos necessários às populações;
- A proposta prevê a revitalização da economia no concelho, potenciando as atividades tradicionais, a inovação e o empreendedorismo;
- A proposta do PDM de Lagos, promove a modernização das infraestruturas e serviços turísticos, permitindo a revitalização e dinamismo destes serviços e infraestruturas, proporcionando assim um reforço e um incremento na qualidade da função turística concelhia, preconizando assim um impacto positivo significativo;
- A salvaguarda do Barrocal de Bensafim-Colinas Verdes como zona importante para a conservação da Natureza e Biodiversidade é considerado como uma ação positiva muito significativa, sendo incluída na Estrutura Ecológica Municipal;
- A criação da UOPG 10, destinada à conservação do Paul de Lagos é encarado como uma proposta extremamente significativa, pois permitirá não só a salvaguarda deste espaço, mas também a sua dinamização e divulgação como espaço pedagógico, lúdico e científico;
- A proposta de PDM promove a criação de faixas de gestão de combustível nas áreas florestais do concelho, facto que irá contribuir para uma melhoria nas condições de combates a incêndios e uma diminuição das áreas ardidas. Permite de igual modo, a proteção de infraestruturas, edifícios e equipamentos, o que por si, é uma melhoria para a salvaguarda de pessoas e bens;
- A classificação e delimitação de “zonas sensíveis” e “zonas mistas”, permitirá a organização do território, conciliando as zonas urbanas como locais passíveis de produzir valores de ruído incompatíveis com a vivência humana de qualidade;
- A proposta de PDM estabelece uma melhoria das infraestruturas no que concerne ao abastecimento público através da duplicação dos volumes dos reservatórios pertencentes ao subsistema de Lagos e da

Meia Praia, à medida que as ocupações turísticas se forem desenvolvendo. Evidencia-se ainda a remodelação do subsistema Norte, um dos subsistemas mais carenciados do concelho. Estas ações contribuirão para a melhoria da qualidade de vida das populações locais;

- Encontra-se assegurada a recolha e destino final das águas residuais e, conseqüentemente, salvaguardada a proteção do meio ambiente através da prevenção de eventuais focos de poluição;
- A proposta de PDM inclui o risco de incêndio como critério na verificação da compatibilidade de usos com as categorias funcionais de solo urbano e rural;
- Propõe-se interdição de novas construções em zonas de risco de inundação, com exceção de quando são definidas cotas mínimas de implantação mediante estudo hidráulico/hidrológico adequado;
- A proposta de PDM de Lagos, determina um programa de intervenção, com um conjunto de ações, que permitirão colmatar os problemas relativos a acidentes rodoviários no concelho, nomeadamente, aos níveis de congestionamento rodoviário;
- Foi incluída uma disposição acerca da largura de arruamentos, de forma a permitir uma rápida intervenção das viaturas de socorro e a possibilidade de definição de circuitos alternativos de emergência;
- De acordo com as faixas de proteção delimitadas pela ARH Algarve, nas zonas de arribas do concelho de Lagos, é interdita a construção ou utilização destas áreas por qualquer tipologia de infraestrutura.
- Não foram incluídos os edifícios devolutos na carta de ordenamento da proposta do plano, apesar destes constituírem a origem e o incremento de riscos, como os incêndios urbanos ou a queda de infraestruturas;
- A proposta aposta na inventariação, recuperação e preservação do património arqueológico para posterior integração nos núcleos museológicos do projeto do Museu de Lagos. A valorização do património arquitetónico e arqueológico constitui uma melhoria clarificante aumento da identidade cultural do concelho;
- Prevê-se o cumprimento da legislação existente relacionada com utilização e conservação de energia em edifícios, uma vez que os edifícios públicos e privados são os menos eficientes, a nível concelhio;
- Disponibilização de áreas no concelho de Lagos para implantação e instalação de equipamentos, para a produção ou ensaio de energias alternativas não poluentes, tendo em consideração que poderão ser concretizadas em qualquer espaço do município desde que estejam em concordância com as disposições legais em vigor;

- A aposta no fomento e no desenvolvimento tecnológico em vários setores, nomeadamente na criação de um pólo tecnologicamente inovador – Tecnopolis – que integre áreas específicas para a exploração dos recursos do Mar e dos restantes recursos naturais endógenos do concelho como o sol, vento e biomassa;
- O estímulo às atividades agrícolas e turísticas modernas, fomentando as boas práticas, na proteção, valorização e utilização sustentável dos recursos naturais, particularmente os associados a estas atividades, são igualmente, apostas do PDM de Lagos, promovendo a criação de incentivos para a exploração das energias renováveis como setor impulsionador do solo rural;
- Articulação e planeamento sustentável dos diferentes usos de solo, uma vez que os espaços em que a urbanização é possível programar se encontra devidamente definida e regulamentada na proposta do plano, no que concerne aos parâmetros urbanísticos de ocupação, utilização e impermeabilização do solo;
- Foi efetuada pela CCDR Algarve uma proposta de Delimitação da REN do concelho de Lagos de forma a incrementar maior rigor e objetividade nesta servidão administrativa e consequentemente um instrumento de apoio à gestão territorial concelhia;
- Procedeu-se a uma proposta de delimitação da Reserva Agrícola Nacional, adequando-a ao novo regime jurídico introduzido pelo Decreto-Lei n.º 73/2009, de 31 de março. Verificando-se um aumento de 207.3ha relativamente à RAN em vigor. Para além do aumento espacial, o aumento do rigor cartográfico, permitirá um aumento significativo da eficácia deste instrumento e da sua aplicabilidade física no território;
- A proposta de PDM introduz a delimitação da Estrutura Ecológica Municipal de Lagos, tendo por base a um modelo territorial que garanta a salvaguarda dos sistemas ecológicos e valores naturais e que proporcione a conservação da natureza e biodiversidade, articulando a sua proposta com a Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental do PROTAL;
- A proposta de PDM propõe a criação de novos corredores viários, os quais irão estabelecer 10 novas descontinuidades na rede hidrográfica. Contudo, estas serão dimensionadas de forma a garantir o normal funcionamento das linhas de água, quer a nível hidrológico, quer a nível ecológico;
- A inclusão da maioria das zonas de elevado valor paisagístico na Estrutura Ecológica Municipal, garante a sua salvaguarda e perenidade;
- A salvaguarda da rede hidrográfica fundamental na ligação de unidades de paisagem, pela sua inclusão em diversas servidões administrativas;

- A não inclusão das escarpas de Bensafrim na Estrutura Ecológica Municipal, era considerado como um impacte negativo, contudo as mesmas foram integradas na Estrutura Ecológica Municipal;
- A proposta de PDM pretende incrementar a mobilidade e reforçar as acessibilidades no município de Lagos, através da otimização das infraestruturas viárias, da promoção do transporte coletivo e da intermodalidade.